

HABEAS CORPUS Nº 548.920 - SC (2019/0358385-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(**DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE**)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATO MORENO DOS SANTOS - PR050060
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : VALDIVINO PORTES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública em favor de VALDIVINO PORTES contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no julgamento da Apelação n. 0007220-19.2007.8.24.0080.

Na hipótese, o impetrante aponta constrangimento ilegal na negativa de substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva e multa.

Requer, **liminarmente**, a concessão da ordem para suspender a execução imediata da pena restritiva de direitos, até o julgamento final deste **writ**. No mérito, pugna pela substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva e multa.

É o breve relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, ao julgar o EREsp 1.619.087/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro JORGE MUSSI, fixou entendimento de não ser possível a execução provisória de penas restritivas de direitos, conforme disposto no art. 147 da Lei de Execução Penal.

O julgado foi assim ementado:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ART. 147 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PROIBIÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO STF. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha decidido pela viabilidade da imediata execução da pena imposta ou confirmada pelos tribunais locais após esgotadas as respectivas jurisdições, não analisou tal possibilidade quanto às reprimendas restritivas de direitos.

2. Considerando a ausência de manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação.

3. Embargos de divergência rejeitados" (julgado em 14/06/2017, DJe de 24/08/2017)."

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido liminar **apenas** para suspender a execução da pena restritiva de direito, até o julgamento final deste **writ**.

Comunique-se, **com urgência**, ao Juízo de origem e ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que deverão prestar informações pormenorizadas.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P.e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator